Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto - PL/AM

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° DE 2024 (Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Excelentíssimo Ministro da Saúde, Senhor Alexandre Padilha, informações a respeito da retomada de obras no Amazonas anunciada pelo Governo.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado requerimento de informações a respeito da retomada de obras no Amazonas anunciada pelo Governo.

- Como o governo federal planeja garantir a conclusão e o funcionamento adequado dessas unidades de saúde?
- 2. Quais foram os critérios específicos utilizados para determinar quais das mais de 5.500 obras paralisadas seriam retomadas neste momento?
- 3. Dos R\$ 189 milhões destinados à retomada das obras, qual é a parcela específica alocada para o Amazonas?
- 4. Como esses recursos serão distribuídos entre os municípios beneficiados?
- 5. Existe um cronograma definido para a conclusão dessas obras? Quais são os prazos estabelecidos para que as unidades de saúde estejam operacionais e atendendo à população?





Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto - PL/AM

Justificativa

Historicamente, o Brasil enfrenta um problema crônico de obras públicas inacabadas, especialmente no setor da saúde. O anúncio da retomada dessas construções levanta uma questão central: por que essas obras foram paralisadas inicialmente? A falta de planejamento adequado, problemas de repasse de verbas, corrupção e disputas burocráticas são algumas das razões que frequentemente atrasam ou interrompem projetos essenciais. Sem um diagnóstico claro e medidas corretivas para evitar novas paralisações, há um grande risco de que essas obras voltem a ficar inacabadas, desperdiçando recursos e adiando o atendimento à população.

Outro ponto crítico é a ausência de transparência nos critérios adotados para selecionar as obras que serão retomadas. O Amazonas enfrenta desafios específicos, como dificuldades logísticas, baixa cobertura médica em áreas remotas e falta de profissionais de saúde. Como o governo decidiu quais obras deveriam ser priorizadas? Houve participação efetiva das comunidades locais e dos gestores municipais na definição dessas prioridades? Sem uma explicação clara sobre esses critérios, há o risco de que as escolhas sejam motivadas por interesses políticos, em vez de uma real necessidade da população.

É fundamental que o governo federal não apenas finalize essas construções, mas também assegure que elas sejam efetivamente utilizadas para melhorar o atendimento à população. Isso exige planejamento sólido, fiscalização rigorosa e um compromisso real com a transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de





Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto – PL/AM

informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Brasília, 25 de março de 2025.

CAPITÃO ALBERTO NETO PL/AM



